



**Regulamento Académico do 1º Ciclo de Estudos
do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra**

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O Regulamento Académico do 1º ciclo de estudos do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) estabelece um conjunto de princípios, normas e procedimentos a adotar em todos os cursos de licenciatura ministrados, em conformidade com o Regulamento Académico do 1º Ciclo de Estudos do IPC.

Artigo 2.º

Princípios gerais

As disposições definidas no presente regulamento relativas aos processos de avaliação de conhecimentos e competências das Unidades Curriculares (UC) integrantes dos planos de estudos dos cursos de licenciatura, bem como as respeitantes à transição de ano curricular, são orientadas por princípios de legalidade, igualdade e imparcialidade.

CAPÍTULO II

Organização do Ano Letivo

Artigo 3.º

Ano Letivo

1. O ano letivo no ISEC/IPC tem início no dia 1 de setembro e termina no dia 31 do mês de agosto seguinte.
2. O Presidente do IPC, após audição do Conselho de Gestão, fixa anualmente o calendário letivo que deve incluir a duração de cada semestre, as pausas letivas e os períodos de férias.

Artigo 4.º

Calendário Escolar

1. O calendário escolar do ISEC é aprovado anualmente pelo Presidente do ISEC, após emissão de parecer dos Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, até ao final do mês de maio do ano letivo anterior, e deve ter como referência uma duração de 20



semanas para cada semestre, incluindo os momentos de avaliação final das épocas normal e de recurso.

2. Em cada semestre há um período de exames que não pode exceder 5 semanas.
3. O calendário escolar deverá incluir:
 - a. Os períodos letivos;
 - b. As férias escolares, feriados e outras interrupções previstas;
 - c. As datas de início e fim das diferentes épocas de avaliação.
4. Todas as épocas de exame devem constar no calendário escolar mesmo que tenham lugar no decurso do ano letivo subsequente.
5. Na época normal e de recurso os exames são distribuídos ao longo de um período de, pelo menos, 20 dias úteis, dos quais os primeiros 10 se destinam à realização dos exames da época normal e os dez últimos aos exames da época de recurso.
6. A época especial tem uma duração máxima correspondente a 12 dias úteis.
7. Os exames da época normal não podem incidir sobre conteúdos programáticos lecionados pela primeira vez na semana letiva anterior à sua realização.

Artigo 5.º

Horário Escolar

1. O horário escolar de cada ciclo de estudos é aprovado pelo Presidente do ISEC, de acordo com as regras aplicáveis ouvidos o Conselho Técnico Científico, o Conselho Pedagógico e o Diretor de Curso.
2. O horário escolar de cada semestre é divulgado até 7 dias seguidos antes da data de início de aulas do semestre.

CAPÍTULO III

Matrícula e inscrição

Artigo 6.º

Matrícula e Inscrição

1. Só podem frequentar UC lecionadas nas licenciaturas do ISEC os estudantes que tenham efetuado a matrícula/inscrição nos prazos e condições legalmente fixados.
2. Os prazos de inscrição, em cada ano letivo, são fixados pelo Presidente do ISEC.
3. O estudante, após a realização da matrícula e/ou inscrição, e sem prejuízo da aplicação do regime legalmente previsto quanto ao pagamento de propinas, poderá requerer:
 - a. A desistência da inscrição, sem perda da matrícula. Nesta situação a formação realizada no âmbito do curso será considerada no percurso do estudante, caso este venha a frequentar o ensino superior;
 - b. A anulação da matrícula, na situação de matriculado no 1º ano, pela 1ª vez. Nesta situação a formação realizada em momento anterior ao pedido de



anulação não será considerada no percurso do estudante, caso este venha a frequentar o ensino superior, nem poderá solicitar reingresso no curso.

4. A Instituição, nos termos gerais do Direito, poderá proceder à anulação da matrícula.
5. Nas situações previstas nas alíneas do nº 3, o estudante encontra-se obrigado ao pagamento dos montantes referentes à propina, de acordo com a data do pedido de anulação ou desistência, conforme fixado no Regulamento de Propinas do IPC.
6. Na situação prevista no nº 4, o estudante encontra-se obrigado ao pagamento integral dos montantes referentes à propina em dívida.

Artigo 7.º

Inscrições nas UC

1. Na primeira inscrição efetuada pelo estudante num curso de licenciatura ministrado no ISEC, o limite máximo de *European Credit Transfer System* (ECTS) a que se pode inscrever é de 60, correspondentes apenas a UC do 1.º ano, exceto se beneficiar de creditações, podendo inscrever-se em UC de anos subsequentes, aplicando-se o previsto no número 2.
2. Nos anos subsequentes, os estudantes podem inscrever-se a um conjunto de unidades curriculares cuja soma de créditos ECTS não exceda 84 ECTS.
3. Para se poderem inscrever a UC de um determinado ano curricular os estudantes têm, nos termos do artigo 41.º do presente Regulamento, de estar inscritos ou ter obtido aprovação em todas as UC dos anos curriculares anteriores.

Artigo 8.º

Inscrição a tempo parcial

1. Entende-se por inscrição a tempo parcial a inscrição, em cada ano letivo, até 45 ECTS do número total de ECTS a que se poderá inscrever nesse ano letivo.
2. A opção pelo regime de estudante a tempo parcial deve ser efetuada no ato da inscrição ou até um mês após, independentemente do ano curricular/regime de acesso e só é válida para o ano letivo em que é apresentado o requerimento.
3. Os estudantes que se candidataram à obtenção de bolsa de estudo têm 7 dias seguidos, após a data da publicitação dos resultados da candidatura, para efetuar o pedido de alteração de regime.
4. Salvo o previsto no número anterior, não é possível ao estudante requerer a alteração da opção do regime de estudante a tempo parcial para estudante a tempo integral (ou vice-versa) durante o decurso do ano letivo em consideração.
5. Para efeitos da aplicação do regime de prescrições, a inscrição de um estudante a tempo parcial, em cada ano letivo, será contabilizada como 0,5.
6. A taxa de inscrição a pagar pelo estudante em regime de tempo parcial é a mesma que é exigida ao estudante a tempo integral.
7. A propina a pagar pelo estudante a tempo parcial é uma percentagem da propina fixada para o estudante a tempo integral, correspondente a:
 - a. 30 %, se o estudante se tiver inscrito até 15 ECTS (inclusive);



- b. 50%, se o estudante se tiver inscrito entre 15 ECTS (exclusive) e 30 ECTS (inclusive);
 - c. 70%, se o estudante se tiver inscrito entre 30 ECTS (exclusive) e 45 ECTS (inclusive).
8. O estudante a tempo parcial usufrui do mesmo número de prestações e prazos de pagamento da propina do estudante a tempo integral.

CAPÍTULO IV

Ensino

Artigo 9.º

Ficha de UC

1. A ficha de UC (FUC) é um documento discriminativo de cada UC onde está sintetizado o seu modo de funcionamento, conteúdos, metodologias de ensino/aprendizagem e de avaliação, e outros elementos previstos no modelo aprovado para uso no ISEC, sendo pública e acessível a toda a comunidade escolar.
2. A FUC, disponibilizada na plataforma de gestão académica, é preenchida pelo docente responsável por essa UC, sendo a validação e aprovação definida no âmbito das autonomias pedagógica, científica e administrativa do ISEC, conforme o artigo seguinte.
3. A FUC, sendo um documento público, deve ser disponibilizada pelo docente responsável pela UC na plataforma de gestão académica para o efeito a todos os estudantes inscritos à UC, até ao final da primeira semana letiva, do funcionamento da UC.

Artigo 10º

Validação da FUC

1. A FUC é elaborada pelo docente responsável pela UC, em coordenação com o responsável pela área disciplinar em que se integra e com a aprovação da respetiva área científica, responsável pela sua validação científica.
2. Na ficha de unidade curricular terão de constar os seguintes elementos:
 - a. Caracterização (identificação, carga horária, ano, semestre, etc.);
 - b. Recomendação de frequência com aprovação em UC de semestres anteriores.
 - c. Docentes;
 - d. Objetivos da aprendizagem;
 - e. Competências a adquirir pelos estudantes;
 - f. Conteúdos programáticos;
 - g. Bibliografia;
 - h. Condições de admissão a exame final;



- i. Elementos de consulta e equipamentos autorizados no decorrer das provas de avaliação.
 - j. Metodologia de avaliação detalhada, contendo todas as componentes de critérios de avaliação e respetivas ponderações na classificação final.
3. A FUC terá de ser elaborada em Língua Portuguesa e Língua Inglesa.
4. O docente responsável pela unidade curricular terá de enviar ao Diretor de Curso a FUC provisória, validada em termos científicos pela respetiva área científica, e o calendário das provas de avaliação contínua e periódica, até 5 dias úteis anteriores ao início de cada período letivo.
5. Do incumprimento do número anterior deve o Diretor de Curso dar conhecimento ao Presidente do Conselho Pedagógico e ao Presidente do ISEC.
6. O docente terá de divulgar a FUC aos estudantes até ao final da primeira semana do período letivo, depois da verificação pedagógica pelo Diretor de Curso em articulação com a comissão de curso, nomeadamente quanto aos métodos de avaliação propostos e às datas das componentes de avaliação contínua e periódica, quando aplicável.
7. Caso o programa efetivamente lecionado seja diferente do previsto, a ficha de cada unidade curricular terá de ser atualizada dentro dos prazos estabelecidos.

Artigo 11.º

Sumários

Os docentes elaboram um sumário da matéria lecionada e disponibilizam-no para consulta na plataforma de gestão académica, até 7 dias seguidos subsequentes ao dia em que decorreu a aula.

Artigo 12.º

Atendimento Pedagógico

1. Os estudantes têm direito a um período de atendimento semanal pelo docente de cada unidade curricular, correspondente a 6 horas semanais para um docente a tempo integral, proporcionalmente para os docentes a tempo parcial.
2. No início de cada semestre, os docentes publicitam os respetivos horários de atendimento. Qualquer alteração do horário de atendimento deve ser antecipadamente comunicada.
3. O período de atendimento estende-se à época de exames.
4. Os docentes devem ainda conceder apoio pedagógico suplementar aos estudantes nos termos previstos no Regulamento de Necessidades Educativas Especiais do IPC.

Artigo 13.º

Assiduidade

1. Os docentes devem incentivar e valorizar a presença, a pontualidade e a participação dos estudantes nas aulas, o desenvolvimento da capacidade de recolher, selecionar e



- interpretar informação e ainda o desenvolvimento de competências comunicacionais, podendo considerar estes elementos para efeitos de avaliação se definido na FUC.
2. A frequência das aulas pode ser definida como obrigatória, de acordo com as regras definidas na FUC, sendo objeto de controlo.
 3. As faltas dadas pelos estudantes no decorrer da atividade letiva, caso se enquadrem nas situações previstas no artigo 31.º, podem ser justificadas, não sendo contabilizadas para efeitos de obtenção de frequência a uma dada UC.

CAPÍTULO V

Avaliação de Conhecimentos

SECÇÃO 1

Modalidades de Avaliação

Artigo 14.º

Definição dos tipos de avaliação

1. No ISEC distinguem-se três tipos de avaliação:
 - a. Avaliação contínua – Avaliação de carácter cumulativo, que pressupõe o acompanhamento regular da atividade letiva e do desempenho do estudante e que permite ao estudante concluir a unidade curricular com aproveitamento antes do início da época de exames.
 - b. Avaliação periódica – Avaliação que ocorre ao longo do ano, do semestre ou trimestre letivos e que podem ser constituídas por diversos instrumentos de avaliação de tipos de avaliação diferentes.
 - c. Avaliação por exame – Modalidade de avaliação dos estudantes no final de um período de formação.

Artigo 15.º

Definição das metodologias de avaliação

1. A metodologia de avaliação de cada UC é da responsabilidade do docente que rege essa UC, que terá de se enquadrar num dos tipos elencados no artigo anterior, sendo objeto de validação em conformidade com o artigo 10.º.
2. A descrição da metodologia de avaliação deve ser detalhada na FUC, e deve conter todas as componentes e critérios de avaliação, e respetivas ponderações na classificação final.
3. A metodologia de avaliação deve ser definida de acordo com os princípios gerais enunciados no artigo 2.º, sempre no pressuposto de não prejudicar o regular funcionamento das restantes UC e de acordo com as disposições do presente regulamento e do regulamento académico do 1º Ciclo de Estudos do IPC.



4. A avaliação dos estudantes que usufruem de regimes especiais deve ser devidamente acautelada, através do cumprimento da legislação em vigor.
5. A FUC pode prever a dispensa do estudante realizar, total ou parcialmente, determinadas componentes de avaliação periódica já efetuadas com sucesso até 2 anos letivos anteriores, no âmbito da mesma UC. A decisão é tomada para o corrente ano letivo e válida apenas nesse ano.

Artigo 16.º

Componentes de avaliação

1. A avaliação é uma atividade pedagógica indissociável do ensino, devendo ficar garantido que as componentes de avaliação adotadas são adequadas às competências e conhecimentos a adquirir pelos estudantes.
2. A avaliação nas UC pode incluir os seguintes elementos:
 - a. Exame – Prova escrita e/ou oral, ou prova especial de ordem técnica ou outra no final de um período de formação.
 - b. Participação presencial – Participação nas atividades das horas de contacto.
 - c. Projeto/Trabalho – Concretização de uma proposta de trabalho ou de investigação, com conteúdo técnico, artístico ou de síntese bibliográfica.
 - d. Prova oral – A prova oral pode incluir-se em qualquer tipo de avaliação e é prestada de maneira individualizada, ou em grupo, perante um júri.
 - e. Relatório de projeto ou estágio – Apresentação e discussão pública, quando aplicável, de um relatório de projeto ou de estágio realizado.
 - f. Relatório – Texto escrito relativo a um trabalho de investigação, a um estágio ou a uma atividade desenvolvida numa UC ou no final de um percurso formativo.
 - g. Teste – Prova escrita realizada no âmbito dos tipos de avaliação contínua e periódica.
 - h. Prova prática ou apresentação oral realizada no âmbito dos tipos de avaliação contínua e periódica.
 - i. Trabalho laboratorial ou de campo – Trabalho realizado em ambiente laboratorial ou no terreno.
3. Sempre que a avaliação de uma UC inclua mais do que uma componente de avaliação, a classificação final é calculada a partir das classificações obtidas em cada componente de avaliação, de acordo com o constante na respetiva FUC.
4. A condição de admissão à realização do exame da época normal decorrente da opção por avaliação contínua deve ser publicada, na plataforma de gestão académica em pauta de frequência, com a antecedência mínima de 4 dias seguidos relativamente à data da realização do exame da época normal.

SECÇÃO 2

Exames

Artigo 17.º

Épocas de exame

1. No ISEC existem as seguintes épocas de exames:
 - a. Época normal – Período de exames para todos os estudantes, definido no calendário aprovado pelo Presidente do ISEC. Podem aceder a esta época os estudantes que não obtiveram aprovação ou que não escolheram a avaliação contínua e os que reúnam condições para efetuar melhoria de classificação.
 - b. Época de recurso – Período de exames para os estudantes reprovados na época normal ou que não realizaram exame nessa época. Podem aceder a esta época os estudantes que reúnam condições para efetuar melhoria de classificação.
 - c. Época especial – Período de realização de exame(s) para os casos previstos no artigo 20.º do presente Regulamento.
 - d. Época extraordinária – Período extraordinário de realização de exames a fixar pelos Presidente do ISEC.
2. Os exames de uma mesma UC devem ser agendados com um intervalo mínimo de 7 dias seguidos entre a época normal e a de recurso.
3. A realização de exames fora da época normal e/ou da época de recurso só é possível nos casos especialmente previstos na Lei ou no presente Regulamento.
4. As datas de início das provas orais de cada UC devem ser tornadas públicas com a antecedência mínima de 2 dias úteis relativamente à data marcada para a sua realização.
5. O calendário dos exames fixado pelo Presidente do ISEC e tornado público no início de cada período letivo só poderá ser alterado por despacho do Presidente do ISEC, ouvido(s) o(s) órgão(s) competente(s).

Artigo 18.º

Época normal

1. Podem aceder à época normal de exame num ano letivo, numa UC, os estudantes que, cumulativamente:
 - a. Estejam regularmente inscritos nesse ano letivo e nessa UC;
 - b. Cumpram as condições de acesso fixadas na FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis).

Artigo 19.º

Época de recurso

1. Podem aceder à época de recurso os estudantes definidos na alínea b) do número 1 do artigo 17º desde que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na



FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis) e estejam regularmente inscritos nesse ano letivo, nessa UC.

2. Não existe limite quanto ao número de exames que podem ser realizados em cada época de recurso.
3. O acesso ao exame de recurso está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica e pagamento do emolumento respetivo fixado na Tabela de Emolumentos do IPC.

Artigo 20.º

Época especial

1. Desde que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis) e estejam regularmente inscritos nesse ano letivo, nessa UC, podem aceder à época especial:
 - a. os estudantes aos quais faltem até 25 ECTS para a obtenção do número de ECTS necessários para a conclusão do curso;
 - b. os estudantes abrangidos por regime especial; os estudantes finalistas que pretendam fazer a melhoria de classificação do resultado da época de recurso que antecedeu aquela época especial.
 - c. os estudantes finalistas que pretendam fazer a melhoria de classificação do resultado da época de recurso que antecedeu aquela época especial.
2. As UC relativas a projetos, estágios, simulações, investigação aplicada e outras regulamentadas pelo ISEC, constantes em Anexo, não são consideradas para efeitos da contabilização da alínea a) do número anterior.
3. Os estudantes que usufruam de um regime especial, de acordo com o estabelecido no artigo 23.º, têm acesso à época especial podendo realizar o número máximo de 25 ECTS, sem prejuízo de outros regimes aplicáveis, mais favoráveis.
4. Têm ainda acesso à época especial os estudantes do ISEC que se encontrem abrangidos por um programa de intercâmbio e ou de mobilidade, desde que tenham faltado a exames da época normal e ou de recurso, pelo facto de os mesmos coincidirem com a duração dos referidos programas, incluindo as situações de insucesso escolar ocorridas no âmbito dos mesmos, bem como os estudantes da Licenciatura em Engenharia Informática — Curso Europeu, que eventualmente poderão estar em condições de realizar mobilidade no 3.º ano curricular.
5. O acesso ao exame da época especial está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica e pagamento do emolumento respetivo fixado na Tabela de Emolumentos do IPC.

Artigo 21.º

Época extraordinária

1. Pode ser fixada uma época extraordinária de exames pelo Presidente do ISEC, tendo como fundamento circunstâncias excecionais.



2. Podem aceder à época extraordinária os estudantes que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis) e estejam regularmente inscritos nesse ano letivo a essa UC.
3. O acesso ao exame de época extraordinária está sujeito a inscrição na plataforma gestão académica e pagamento do emolumento respetivo fixado na Tabela de Emolumentos do IPC.
4. Os estudantes que acedam à época extraordinária podem realizar no máximo 25 ECTS.

Artigo 22.º

Repetição de avaliação da última unidade curricular

1. Em anos letivos em que o Presidente do ISEC não decidam pela realização da época extraordinária, os estudantes a quem, após a época especial, falte aproveitamento apenas a uma unidade curricular com avaliação por exame final para concluir a licenciatura, poderão requerer até ao final do mês de outubro a realização desse exame.
2. O exame referido no ponto anterior deve ser realizado até ao final das atividades letivas do respetivo ano civil, em data a definir pelo Diretor de Curso.

Artigo 23.º

Regimes Especiais

1. Constituem regimes especiais:
 - a. Estudantes com estatuto de atleta de alto rendimento;
 - b. Dirigente associativo jovem;
 - c. Estudantes com necessidades educativas especiais;
 - d. Estudantes bombeiros;
 - e. Estudantes que prestem serviço militar;
 - f. Estudantes que professam confissões religiosas que santificam um dia da semana diverso do domingo;
 - g. Estudantes em situação de maternidade e paternidade;
 - h. Trabalhador-estudante.
2. São equiparadas aos Regimes Especiais as situações previstas nos Regulamentos do estudante Atleta do IPC e do estudante Praticante de Atividades Artísticas no IPC, bem como outras situações regulamentadas.
3. Não prejudicando o cumprimento das normas específicas, os estudantes devem requerer ao Presidente do ISEC o regime especial, mediante declaração emitida pela entidade competente da respetiva condição referida nos números anteriores, de acordo com as disposições regulamentares e legais aplicáveis.
4. Todos os estudantes que se encontrem abrangidos pelos regimes especiais, devem requerer o respetivo estatuto:
 - a. até 30 dias seguidos após a inscrição /matrícula (com efeitos para o ano letivo);
 - b. até 30 dias seguidos após o início do 2º semestre, sem efeitos para as UC do 1º semestre;



- c. até 30 dias seguidos após ocorrer a situação que origine o direito ao estatuto, salvo nas situações em que a lei aplicável defina outros prazos.
5. A aplicação da legislação a cada uma das situações especiais referidas no número 1 do presente artigo deve ser alvo de regulamentação interna, a definir pelo Conselho Pedagógico do ISEC, em articulação com o Presidente do ISEC, até 30 dias após a homologação do presente regulamento, adaptando a sua aplicação às particularidades de cada tipo de UC, nomeadamente, daquelas que envolvem uma componente de avaliação contínua ou periódica e/ou obrigatoriedade de frequência, salvaguardando o facto das componentes de avaliação contínua ou periódica e/ou a obrigatoriedade de frequência, anteriores à aquisição do estatuto, não poderem ser recuperadas.
6. No caso previsto na alínea f) do ponto 1, o acesso à época especial só se aplica às UC a cujos exames os referidos estudantes tenham faltado pelo motivo aí expresso.

SECÇÃO 3

Provas de avaliação

Artigo 24º

Realização de provas de avaliação

1. Durante a realização das provas de avaliação deve estar presente, pelo menos, um docente que leciona na UC.
2. Na impossibilidade do cumprimento do disposto no número anterior, as salas em que não se encontre nenhum docente da UC devem ser visitadas, regularmente, por um docente da mesma.
3. A duração do exame final não pode exceder 3 horas incluindo um eventual período de tolerância.
4. Só pode ser autorizado a prestar prova de avaliação o estudante que se encontre regularmente inscrito e tenha procedido ao pagamento do emolumento, quando devido.
5. Pode ser autorizado a prestar prova de avaliação o estudante que se apresente na sala até 15 minutos depois do seu início. O estudante a quem for concedida esta autorização não goza, por esse facto, de tempo suplementar para terminar a prova.
6. Durante a realização da prova é vedada aos estudantes toda a comunicação que, direta ou indiretamente, permita obter ou recolher informação sobre o conteúdo da mesma. Os docentes de cada UC devem informar os estudantes sobre os elementos de consulta e equipamentos autorizados no decorrer da prova, disponibilizando a informação na plataforma de gestão académica e na FUC.
7. Nas provas orais deve ser constituído um júri composto por um mínimo de dois docentes, sendo pelo menos um deles docente da respetiva UC.
8. A prova oral tem a duração máxima de uma hora.



9. As regras específicas relativas à realização das componentes de avaliação são definidas neste Regulamento e nas respetivas FUC.
10. Ao estudante deve ser solicitada a apresentação do cartão de estudante ou do cartão de cidadão/bilhete de identidade/passaporte/outro documento de identificação equivalente se tiver sido emitido pela autoridade competente de um dos países da União Europeia.

Artigo 25º

Avaliação por testes e trabalhos

1. A calendarização dos testes de avaliação, trabalhos e projetos a realizar pelos estudantes durante o ano letivo, deve ser acordada com o Diretor de Curso, para datas, horas e locais que não ponham em causa o normal funcionamento das restantes atividades letivas.
2. A alteração, por motivos justificados, da calendarização ou do número de testes de avaliação e trabalhos, deve ser acordada com o Diretor de Curso, devendo os estudantes ter disso conhecimento com a antecedência mínima de uma semana.
3. Cabe ao docente decidir se estas formas de avaliação são realizadas individualmente ou em grupo.
4. Os testes de avaliação realizados ao longo do semestre podem dispensar a realização da prova escrita de exame final. Neste caso, o docente pode impedir o acesso ao exame da época normal aos estudantes que permaneceram neste regime de avaliação contínua, de acordo com as regras definidas na FUC.
5. No regime de avaliação periódica a data do último teste de avaliação coincide com a data definida para a realização do exame da época normal.

Artigo 26º

Provas escritas de exame final

1. Prova escrita é uma prova individual de avaliação de conhecimentos de uma unidade curricular, em que os estudantes devem responder por escrito a questões apresentadas num enunciado.
2. Os estudantes terão de se identificar através de um documento de identificação civil oficial. A falta de identificação pode constituir impedimento à realização da prova. Os docentes que estejam a vigiar as provas têm de validar as identidades, confirmar se o estudante está inscrito à unidade curricular e à correspondente época de exame e rubricar a folha de prova junto ao nome.
3. Nenhum estudante se pode ausentar ou abandonar a sala da prova antes de decorridos 30 minutos após o seu início, ou antes do seu término, se a duração da prova for inferior.
4. Os estudantes que pretendam desistir da prova devem fazer essa declaração por escrito na folha de prova, devendo assiná-la.



5. Os comprovativos de presença em provas de avaliação devem ser assinados pelo docente responsável pela vigilância da prova, com indicação explícita da UC a que a prova diz respeito, do dia da realização e da hora de início e entrega da prova.
6. Os enunciados das provas terão de conter a seguinte informação:
 - a. A duração da prova;
 - b. A cotação correspondente às várias questões apresentadas.
7. Os enunciados das provas terão de ser cedidos aos estudantes após a realização da prova.

Artigo 27º

Provas orais de exame final

1. Prova oral é uma prova individual de avaliação de uma unidade curricular em que o estudante deve responder oralmente a questões colocadas por um júri.
2. As condições de acesso à prova oral são estabelecidas na FUC.
3. As provas orais que não façam parte do calendário de exames devem ser marcadas pelo docente responsável da unidade curricular com uma antecedência mínima de 48 horas.

Artigo 28º

Avaliação por relatório único e global

1. Podem existir unidades curriculares em que a avaliação seja efetuada com base na apreciação de um relatório único e global.
2. As unidades curriculares abrangidas por este método de avaliação, bem como o seu modo de funcionamento, devem ser aprovadas pelo Diretor de Curso, ouvida a respetiva comissão de curso.
3. Nestas unidades curriculares as datas de entrega e discussão do relatório único e global são definidas pelo docente responsável, para cada estudante ou grupo de estudantes, em qualquer momento até ao último dia da data de avaliação de época especial.
4. A discussão do relatório é obrigatória e efetuada perante um júri composto por, pelo menos, dois docentes.

Artigo 29º

Outras formas de avaliação

Os métodos de avaliação e os modos de funcionamento de unidades curriculares que não se enquadrem nos artigos anteriores têm de ser previamente apreciados pelo Diretor de Curso.



SECÇÃO 4

Faltas a exames

Artigo 30.º

Faltas de docentes a exames

1. O docente referido no nº 1 do artigo 22º que, por motivos justificados, não possa comparecer numa prova de avaliação, deve assegurar a realização da prova fazendo-se substituir, no imediato, por outro docente da UC ou, subsidiariamente, da mesma área científica, informando o Diretor de Curso.
2. O docente convocado para a vigilância da prova que, por motivos justificados, não possa comparecer numa prova de avaliação, deve fazer-se substituir no imediato, por outro docente, informando o diretor de curso.
3. O incumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 é passível de procedimento disciplinar.
4. Se esse impedimento se dever a motivos previstos na lei ou resultar de serviço oficial, cabe ao Diretor de Curso providenciar a substituição do docente.
5. No caso de não realização de um exame por motivos não imputáveis aos estudantes, cabe ao Diretor de Curso comunicar ao Presidente do ISEC o facto e propor o agendamento de uma nova data de exame.

Artigo 31.º

Faltas de estudantes a exames

1. Consideram-se causas justificativas das faltas aos exames:
 - a. Falecimento de cônjuge ou unido de facto, de parente ou afim até ao 2.º grau da linha reta ou colateral;
 - b. Doença infectocontagiosa, internamento hospitalar ou outras situações de doença grave ou crónica incapacitantes, devidamente comprovadas por atestado médico;
 - c. Cumprimento de obrigações legais.
2. A justificação das faltas referidas no número anterior deve ser feita por escrito, instruída com os respetivos documentos comprovativos e apresentada ao serviço de gestão académica do ISEC no prazo máximo de cinco dias úteis após ter cessado o impedimento do estudante.
3. Cumprido o disposto nos números anteriores, o estudante tem direito a requerer o acesso ao exame da UC em causa na época especial.
4. A falta ao exame corresponde, para todos os efeitos, à ausência de avaliação.

Artigo 32.º

Desistências

1. O estudante tem direito de desistir de quaisquer provas escritas ou orais, podendo anunciar a sua desistência desde o início da prova até ao momento em que esta é declarada finda, através de declaração escrita na folha de prova ou outra.



2. Nas provas escritas o estudante que desiste só pode abandonar a sala depois de autorização expressa do docente e decorridos 30 minutos após o início da prova.

SECÇÃO 5

Classificações

Artigo 33.º

Classificações finais

1. As classificações finais das UC são expressas na escala numérica inteira de 0 a 20 valores, aplicando-se a fórmula de cálculo explicitada na FUC, quando existente.
2. Obtêm aprovação numa UC os estudantes que tenham alcançado uma classificação final mínima de 10 valores.
3. Não obtêm aprovação numa UC os estudantes que:
 - a. Tenham incorrido em prática de fraude, descrita no Estatuto Disciplinar do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra, aprovado pelo Despacho n.º 25077/2009 de 16 de novembro;
 - b. Não cumpram a classificação mínima em pelo menos uma das componentes de avaliação consideradas na FUC, caso em que a classificação a atribuir é calculada com base na fórmula de cálculo explicitada na FUC, não podendo ser ultrapassada a classificação máxima de 9 valores.
4. A classificação final é calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando-se como unidade a fração não inferior a 50 centésimas).

Artigo 34.º

Lançamento e divulgação de classificações

1. A classificação final de cada UC tem de ser inserida e disponibilizada na plataforma de gestão académica.
2. Nos casos em que a classificação final resulta da ponderação de mais do que um elemento/componente de avaliação, de acordo com o estipulado na FUC, os resultados de cada um desses elementos/componentes deve ser discriminado e disponibilizado aos estudantes logo que possível, podendo ser utilizada, para o efeito, a plataforma de gestão académica.
3. Os resultados finais decorrentes da avaliação contínua e periódica e de cada época de exames (normal, recurso, especial e extraordinária) devem ser divulgados, em pautas lacradas na plataforma de gestão académica, no máximo até 10 dias seguidos à data da avaliação.
4. Se a decisão de comparecer a uma prova de avaliação depender de classificações anteriores, estas devem ser divulgadas, em pauta lacrada na plataforma de gestão académica, com uma antecedência mínima de 4 dias seguidos.



5. Se o prazo referido no n.º 4 não for cumprido, o estudante tem direito a requerer uma nova data para realização da sua prova de avaliação, desde que não tenha comparecido nesta e o requeira ao Presidente do ISEC na plataforma de gestão académica, no prazo máximo de 2 dias seguidos após a realização da prova.
6. O incumprimento dos prazos referidos nos n.ºs 3 e 4 implica a repetição do momento de avaliação em tempo oportuno e em data a reagendar pelo Diretor de Curso com a aprovação do Presidente do ISEC e eventual responsabilidade disciplinar do docente.
7. A escala que consta na pauta de frequência, decorrente da avaliação contínua, é: 0-20, AD (Admitido a Exames), NA (Não Admitido a Exames – exclui o estudante de obter aprovação no ano letivo à UC). A escala que consta na pauta atinente a uma qualquer época de exame é: 0-20, F (Faltou), D (Desistiu), NRC (Não Reúne Condições), EF (Excluído por Fraude).
8. Todos os estudantes que estejam regularmente inscritos num ano letivo, numa determinada UC, constam inicialmente na pauta de frequência. Como tal, será atribuída a todos os estudantes uma classificação na pauta de frequência de acordo com a escala definida no ponto anterior. No que concerne à pauta do exame da época normal, constarão na pauta todos os estudantes, exceto os que tiverem obtido classificação NA em pauta de frequência. Como o acesso às restantes épocas de exame pressupõe inscrição apenas constarão nas pautas os estudantes inscritos. Quando a um estudante é atribuída a classificação EF, este não constará nas pautas seguintes.

Artigo 35.º

Pautas e classificações

1. As pautas são integralmente preenchidas e impressas através da plataforma de gestão académica.
2. Para efeitos de registo das classificações será considerada a data em que teve lugar o último momento de avaliação.
3. As classificações dos estudantes, após confirmadas e consideradas definitivas na plataforma de gestão académica, só podem ser alteradas mediante requerimento do docente responsável pela UC e autorização do Presidente do ISEC.

Artigo 36.º

Melhoria de classificações

1. É possível a realização de uma melhoria de classificação a todas as UC, com exceção daquelas cuja regulamentação própria o impossibilita.
2. Os estudantes têm direito a melhoria de classificação uma única vez.
3. O acesso ao exame de melhoria de classificação está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica e pagamento do emolumento definido na Tabela de Emolumentos do IPC.
4. A classificação final na UC é a mais elevada, entre aquela que havia sido obtida inicialmente e a que resultar da melhoria de classificação efetuada.



5. Após obtenção do grau de licenciado, só há lugar a melhoria de classificação a qualquer unidade curricular na época subsequente.
6. Uma vez requerida a carta de curso que confere o grau, não há lugar à melhoria de classificação a qualquer UC.

Artigo 37.º

Consulta e revisão de provas escritas

1. Após a disponibilização da respetiva classificação na plataforma de gestão académica, em pauta provisória, o estudante tem o direito de consultar a correção dos seus exames, trabalhos ou quaisquer outros elementos/componentes de avaliação, bem como a ser esclarecido sobre os critérios de correção.
2. Junto com os resultados da avaliação, o docente responsável pela UC deve tornar público um período durante o qual os estudantes podem consultar as provas, trabalhos ou outros elementos avaliados, o qual ocorrerá no 3º ou 4º dia útil subsequente à publicação do resultado da avaliação.
3. Sempre que haja lugar a prova oral subsequente a exame escrito, o período de consulta tem de ocorrer até ao dia anterior.
4. O estudante pode solicitar a revisão da prova, no prazo máximo de 2 dias úteis após o período previsto no n.º 2 do presente artigo, sempre que considere, após consulta da prova e esclarecimentos prestados pelo docente, que a classificação obtida não corresponde à avaliação realizada.
5. O procedimento de consulta e revisão de provas serão efetuados nos termos previstos neste Regulamento.

Artigo 38º

Consulta e revisão de provas escritas

1. Os estudantes podem consultar as suas provas após a divulgação, pelo docente, das respetivas pautas provisórias.
2. Durante a consulta, os docentes devem prestar esclarecimentos sobre a correção das provas, podendo proceder à sua reavaliação quando tal se justificar.
3. O período e local para consulta de provas deve ser preferencialmente anunciado simultaneamente com a afixação das pautas provisórias e no mesmo local, não podendo decorrer após a data de lançamento da pauta lacrada.
4. Em situações excecionais, a data de consulta da prova pode ser definida para o 1º ou 2º dia útil após a afixação das pautas provisórias, desde que o docente informe os estudantes da data e local de consulta com uma antecedência mínima de 3 dias úteis.
5. Se após o processo de consulta de prova o estudante não tiver sido esclarecido sobre as dúvidas e questões colocadas, este poderá requerer ao Presidente do ISEC a revisão de prova, referindo expressamente as respostas cuja classificação é contestada, a



- respetiva fundamentação em termos científicos e relativa à aplicação de critérios de avaliação e a data de consulta da prova.
6. Caso haja deferimento do requerimento, o Presidente do ISEC envia o processo, no prazo máximo de dois dias úteis, para o Presidente da Comissão Científica da área científica da unidade curricular, que nomeia uma comissão de revisão de prova. Esta comissão é constituída por três docentes da área científica a que pertence a unidade curricular. Nenhum dos elementos da comissão de revisão de prova pode ter participado no processo de avaliação.
 7. O Presidente da Comissão Científica da área científica da unidade curricular notifica o responsável pela unidade curricular para que, no prazo máximo de cinco dias úteis após a notificação, forneça à comissão de revisão de prova os elementos necessários ao processo, nomeadamente: o enunciado dos elementos de avaliação (trabalhos, testes de avaliação, relatórios, e/ou provas escritas); critérios de avaliação/correção; resolução completa dos enunciados; cópias das provas escritas de avaliação realizadas pelos estudantes.
 8. A comissão de revisão de prova procede à revisão da prova, podendo daí resultar a subida, descida ou manutenção da classificação final atribuída. Da decisão final não caberá recurso, salvo se fundamentado na preterição de formalidades legais.
 9. A comissão de revisão de prova deve, no prazo de dez dias úteis após entrega dos documentos constantes no ponto 6, comunicar ao Presidente do ISEC a decisão final do processo de revisão de prova que, no prazo de dois dias úteis, diligenciará no sentido de se notificar o estudante e o Diretor de Curso para este proceder à correção da pauta/termo, caso haja lugar a alteração da classificação.

SECÇÃO 6

Código de conduta

Artigo 39.º

Fraude académica

1. Constituem “fraude académica” todas as práticas que tenham por objetivo falsear os resultados de provas académicas e/ou outro qualquer elemento/componente de avaliação, em violação das regras éticas dos estudantes, nelas se incluindo, nomeadamente, as situações de cábula, cópia ou plágio, entre outras.
2. Considera-se que ocorre cópia em momento de avaliação, designadamente, quando o estudante:
 - a. Recorre a materiais não autorizados pelo docente;
 - b. Recorre a informação, não autorizada, disponibilizada por terceiros;
 - c. Disponibiliza informação não autorizada a colegas.
 - d. Esteja em posse de telemóvel ou equipamentos eletrónicos não autorizados pelo docente.



3. O plágio consiste na utilização de ideias e/ou trabalho produzido por outros, omitindo a fonte de informação.
4. Considera-se que ocorre plágio, quando:
 - a. Uma parte ou a totalidade de um trabalho contém materiais não referenciados, isto é, que não são da autoria do(s) estudante(s) mas que são apresentados como tal, sendo omissa a fonte de onde foram retirados;
 - b. É utilizado, palavra por palavra, o texto elaborado por alguém sem identificar o autor, assim como parafrasear as suas ideias sem o indicar;
 - c. É aplicada a tradução direta sem mencionar as fontes.
5. Sempre que o docente detetar uma situação de fraude, e.g. situação de cópia entre estudantes, deverá imediatamente anular a prova do(s) estudante(s) em causa e proceder de acordo com o estatuto disciplinar do estudante.
6. Sempre que seja detetado plágio o docente deverá anular o elemento de avaliação do(s) estudante(s) em causa e proceder de acordo com o estatuto disciplinar do estudante.
7. Sempre que o docente tenha uma suspeita de cópia ou plágio deve:
 - a. Confrontar o(s) estudante(s) em causa, ficando a classificação retida até ao pleno esclarecimento da situação;
 - b. Realizar prova oral ao(s) estudante(s) em causa, se isso for relevante para o esclarecimento da situação.
8. O docente deve comunicar os casos de fraude académica ao Presidente do ISEC, sem prejuízo de eventual responsabilidade disciplinar.
9. O processo disciplinar decorre de acordo com o estatuto disciplinar do estudante.
10. Se, em momento anterior ou posterior à concessão do grau, se verificar que um estudante cometeu fraude académica em prova ou trabalho essencial à obtenção do grau, nomeadamente, em projeto/trabalho, relatório de projeto ou estágio ou prova similar, deve o ISEC remeter o processo à entidade judicial competente.

Artigo 40.º

Incompatibilidades na avaliação da prova

1. A avaliação não pode, em caso algum, ser efetuada por cônjuge, unido de facto, parente ou afim, na linha reta ou até ao 4.º grau da linha colateral do estudante.
2. O docente que se encontre em qualquer das situações referidas no número anterior deve, logo que dela tome conhecimento, declarar, por escrito, a existência de incompatibilidade, ao Presidente do ISEC.
3. O Presidente do ISEC deve tomar as medidas adequadas para assegurar o direito à avaliação do estudante que venha a ser abrangido por situações em que se haja verificado impedimento ou incompatibilidade.

Secção VII

Transição de ano

Artigo 41.º

Transição de ano

1. Os estudantes transitam do 1.º para o 2.º ano curricular quando tiverem obtido 36 ECTS.
2. Os estudantes transitam do 2.º para o 3.º ano curricular quando tiverem obtido 96 ECTS.

Capítulo VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 42.º

Aproveitamento escolar

Considera-se que o estudante teve aproveitamento escolar num ano letivo quando reunir o número de ECTS necessários para transitar para o ano curricular seguinte ou concluir o curso.

Artigo 43.º

Classificação final do grau de licenciado

1. A classificação final do curso é expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, conforme o estipulado no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, nos termos dos artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro.
2. A classificação final da licenciatura é a média aritmética ponderada, calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando-se como unidade a fração não inferior a 50 centésimas) das classificações obtidas nas UC que integram o respetivo plano de estudos.
3. Para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, considera-se que o coeficiente de ponderação de cada UC é igual ao número de ECTS da respetiva UC constante no plano de estudos da licenciatura publicado em Diário da República.

Artigo 44.º

Prazo para emissão de diploma

1. A carta de curso será emitida no prazo máximo de 3 meses, depois de requerida.
2. As certidões de registo serão emitidas no prazo máximo de 10 dias úteis, depois de requeridas.



3. O suplemento ao diploma será emitido nos prazos definidos para cada um dos documentos que acompanhará.

Artigo 45.º

Casos omissos

Os casos omissos devem ser objeto de análise e decisão pelo Presidente do ISEC, ouvidos os órgãos competentes e comunicadas ao Presidente do IPC.

Artigo 46.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no ano letivo 2019/2020.

Coimbra, 11 de setembro de 2019

O Presidente



(Doutor António Mário Velindra Santos Rodrigues)



ANEXO I

Unidades curriculares relativas aos projetos e estágios que não entram na contabilização do acesso à época especial de exames

Licenciatura em Engenharia Biomédica — Bioeletrónica

Projeto/Estágio

Licenciatura em Bioengenharia

Estágio/Projeto em Engenharia Biológica

Estágio/Projeto em Tecnologia Ambiental

Licenciatura em Engenharia Biológica

Práticas de Engenharia

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica

Projeto de Sistemas de Energia Elétrica

Projeto de Automação

Projeto de Eletrónica e Telecomunicações

Licenciatura em Engenharia Eletromecânica

Projeto

Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial

Projeto/Estágio

Licenciatura em Engenharia Informática

Projeto ou Estágio

Licenciatura em Engenharia Informática — Pós-Laboral

Projeto ou Estágio

Licenciatura em Engenharia Informática — Curso Europeu

Projeto ou Estágio

Licenciatura em Engenharia Mecânica

Projeto

Licenciatura em Engenharia Química

Práticas de Engenharia Química

Licenciatura em Gestão Sustentável das Cidades

Projeto Final de Licenciatura